

DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR: ASPECTOS DA REFORMA

CLEISON RODRIGUES DE SOUZA

Graduando em Direito na Dom Hélder Câmara.

JOÃO VICTOR BARBOSA DANIEL

Graduando em Direito na Dom Hélder Câmara.

OBJETIVOS DO TRABALHO

O tema da desmilitarização da Polícia Militar está constituindo cada vez mais força na atualidade, pois se percebe as elevadas taxas de violência que ocorrem no Brasil e, de certo modo, muitas delas têm o envolvimento de policiais que deveriam priorizar a defesa da vida e integridade do cidadão. Portanto, falhando nesse quesito na medida em que agem de forma opressora com a sociedade.

Tal forma de tratamento se deve principalmente a um treinamento com o viés militar que eles recebem, ou seja, são treinados para combater (matar) o inimigo externo do Estado e não para apaziguar problemas internos de prevenção de crimes. Diante disso, é preciso ser estudada a desmilitarização como uma forma de tornar a polícia mais eficaz no exercício de suas atribuições além de retomar a confiança social.

Segundo Egon Bittner, As irrupções endêmicas de brutalidade, corrupção e indolência, então características, tem sido reduzidas ao nível de incidentes esporádicos, e seus vestígios tem sido denunciados até por defensores irrestritos da polícia. A reforma policial antes uma causa defendida exclusivamente por pessoas de fora do campo da aplicação da lei, tornou-se um objetivo interno, ativamente desejado e implementado pelos líderes policiais.

METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa que se propõe pertence à vertente metodológica jurídico-sociológica. No tocante ao tipo de investigação, foi escolhido, na classificação de Witker (1985) e Gustin (2010), o jurídico-projetivo. O raciocínio desenvolvido na pesquisa será predominantemente dialético.

São fontes primárias utilizadas para o estudo desta pesquisa: entrevistas, oficiais, legislação, jurisprudência, dados estatísticos, informações de arquivos. São fontes secundárias utilizadas para o estudo desta pesquisa: os livros, artigos de revistas e jornais, doutrina, teses e dissertações especializadas sobre o tema.

De acordo com a técnica de análise de conteúdo, afirma-se que se trata de uma pesquisa teórica. Logo, será possível a partir da análise de conteúdo dos textos doutrinários, normas e demais dados colhidos na pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

Luiz Eduardo Soares, umas das maiores autoridades do país em segurança pública, é doutor em antropologia, filosofia e ciências políticas e autor de 20 livros, sendo conhecido mesmo por duas grandes obras “A Elite da Tropa 1 e 2”. Questionado em uma entrevista da revista “Isto É” do porquê defender à desmilitarização da polícia militar Soares afirma: porque já passou da hora de estender a transição democrática à segurança pública.

A Polícia Militar é mais do que uma herança da ditadura, é a pata da ditadura plantada com suas garras no coração da democracia. A polícia é uma instituição central para a democracia. E é preciso que haja um projeto democrático de reforma das polícias comprometido com o novo Brasil, com a nova etapa que a sociedade está vivendo. O Brasil tem que acabar com as PMs.¹

¹ SOARES, Luiz Eduardo. **O Brasil tem que acabar com as PM's**. Disponível em: http://istoe.com.br/331480_O+BRASIL+TEM+QUE+ACABAR+COM+AS+PMS+/. Acesso em: 26 abr. 2017.

Ademais, Luiz Eduardo afirma que há necessidade de uma reforma democrática de modo que as instituições de segurança de cada estado cumpram seu papel de servir à sociedade e não ao Exército que, por sua vez, possui uma função totalmente diferente do da policial militar. Essa diferença é básica. O Exército tem como função eliminar o inimigo, matá-lo, destruí-lo em caso de estado de sítio.

Nesse trecho, Soares expressa a insatisfação de milhares de brasileiros pelo fato de que o Brasil ainda tenha uma instituição de segurança que foi criada em um período que o Estado cometia abusos contra a dignidade humana, a ditadura. Segundo a Constituição da República, em seu artigo 144, as polícias militares são forças auxiliares e reserva do Exército²

A sociedade civil que anseia por uma melhor estruturação da polícia, sendo que, de acordo com o relatório da organização da Anistia Internacional de 2015, o Brasil junto com os Estados Unidos possuem os maiores números de homicídios, sendo a força policial brasileira a que mais mata no mundo. Em 2014, ocorreram 56 mil homicídios e 15.6% foram cometidos por policiais³.

Portanto, levando em consideração o que o principal papel da polícia é prevenir que ocorram mortes, roubos, furtos, ou seja, um trabalho ostensivo, o Coronel José Vicente da Silva ressalta: reduzir substancialmente os homicídios deve ser prioridade número um da polícia dos governos dos estados onde esse problema é grave⁴.

Ademais, a falta de objetividade das corregedorias de cada estado nos leva a uma problemática formulada por Platão no seu livro *A República: quem guarda os guardiões?*⁵ Ou simplesmente quem vigia os vigias? Respondendo a polícia é vigiada por ela mesma, ou seja, as corregedorias é que regulamentam a conduta policial.

Esse modo de regulação pode parecer eficaz, pois como os integrantes das corregedorias, por serem militares, possuem conhecimento do que é certo ou errado no exercício da função de um militar e assim beneficiária a própria população. Porém,

² BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

³ ARAUJO, Thiago de. **Polícia brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

⁴ SILVA, Jose Vicente da. **O papel da polícia na redução dos homicídios**. Abril. 2003. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/pesquisas/arquivos/downloads/o-papel-da-policia-na-reducao-dos-homicidios.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

⁵ PLATÃO. **A república de Platão**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2000.

esse sistema de vigilância em seus julgamentos se apresenta ineficaz, pois demonstra alguns padrões de regularidade de acordo com as características do indivíduo julgado ou do desvio cometido. Isso é o que se chama de “cooperativismo de classe”, ou seja, um policial tem o dever de ajudar seu “irmão” de farda, mesmo ele cometendo atos ilícitos.

Segundo Jorge Zaverucha, a Ouvidoria deve ser um órgão autônomo, no sentido de que seu titular seja escolhido por órgão independente do poder fiscalizado. A autonomia precisa ser não apenas funcional, mas, também, orçamentária. Deste modo, evita-se que a Ouvidoria possa, por exemplo, vir a ser “asfixiada financeiramente” pelo Governador de plantão. Ou seja, caso o ouvidor não se comporte de acordo com a vontade do Executivo, ele poderia cortar o fluxo financeiro destinado à instituição. Matando-a de inanição⁶.

Percebe-se que essa forte hierarquia incorporada pelas forças policiais vindoura do Exército pode trazer malefícios para toda sociedade uma vez que se os atos de violência e abuso não forem expostos pela mídia, há uma grande possibilidade de que as denúncias sejam encobertas pela própria corregedoria. Por isso, essa pesquisa irá aprofundar no estudo das corporações militares de outros países, bem como suas legislações, para evidenciar que a reforma proposta pela PEC (Proposta de Emenda Constitucional) – 51/2013, da polícia dos governos dos estados, proposta pelo Senador Lindbergh Farias (PT-RJ), se faz necessária e urgente.

RESULTADOS OBTIDOS OU ESPERADOS

Os problemas objetos da investigação científica proposta são sobre quais as reformas legislativas seriam necessárias para efetivar a desmilitarização da Polícia Militar. Além disso, versará sobre as lições e experiências positivas podem ser aprendidas com os países que desmilitarizaram sua polícia.

A partir das reflexões preliminares sobre o tema, é possível afirmar inicialmente que países como a Inglaterra, Argentina e Bélgica já não possuem força

⁶ ZAVERUCHA, Jorge. **O papel da ouvidoria de polícia. Sociologias.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n20/a10n20.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

policial com caráter militar e isso nesses países faz com que as pessoas recebam um tratamento mais humano levando-o a ter um maior respeito pela polícia.

Ao contrário disso, o Brasil mantém o estilo de combate a violência com a violência. Isso pode ser constatado principalmente nas periferias das grandes cidades. Nesses locais, há uma tendência de policiais agirem de maneira ilícita, pois é sabido que essas pessoas não encontram amparo do poder público no sentido de impedir tais atrocidades. Assim, contribuindo para que a população tenha pouca crença nos órgãos de segurança pública.

Nesse contexto, há necessidade de uma reforma democrática de modo que as instituições de segurança de cada estado cumpram seu papel de servir à sociedade e não ao Exército que, por sua vez, possui uma função totalmente diferente da do policial militar. Essa diferença é básica. O Exército tem como função eliminar o inimigo, matá-lo, destruí-lo em caso de estado de sítio.

Por outro lado, a Polícia Militar tem como função a preservação da ordem pública e atividades de defesa civil em caso de catástrofes. Por isso, esse é um dos principais motivos pelo qual ainda há no Brasil uma polícia violenta e que ainda se vale da máxima que os direitos humanos são apenas um emaranhado de artigos que protegem pessoas em confronto ou não com a lei.

TÓPICOS CONCLUSIVOS

Diante da reflexão desta pesquisa se observa a questão da desmilitarização da Polícia Militar como uma ação que possa desencadear uma melhora na segurança pública, pois no Brasil combater a violência é essencial. Porém a desmilitarização não é vista como positiva por algumas pessoas, que argumentam que ela trará um enfraquecimento da Polícia e conseqüentemente aumentará a violência.

A reforma da Polícia trará um melhor tratamento ao cidadão que, muitas vezes, tem anseio e medo da Polícia, por ela diante de determinadas situações agir de demasiada violência, sendo a polícia brasileira uma das que mais mata no mundo. Diante disso, a desmilitarização ganha força como uma forma de solucionar tais problemas, que advêm de um treinamento militar pela vinculação que a o a Polícia e o Exército possuem.

Portanto, diante desta pesquisa é possível destacar aspectos que favorecem a aplicação da reforma, sendo ela uma forma, sem nenhum viés ideológico, de ajustes e aprimoramento da Segurança Pública brasileira. Assim, tornar a polícia brasileira exemplo, como em países como a Inglaterra, sendo uma força de controle da criminalidade mais eficiente e eficaz, pois manter do jeito que está só trará malefícios a sociedade e também a própria polícia.